



## A censura da escritora Ercília Nogueira Cobra em perspectiva: uma leitura crítica

Luiz Izaac dos Santos Ribeiro<sup>1</sup>

Iara de Sousa Nascimento<sup>2</sup>

William Alves Biserra<sup>3</sup>

### Resumo:

A literatura, ao longo da história, apesar da sua isenção em dizer estritamente a verdade, foi (e ainda é) alvo de censura por motivações que divergem, a depender do momento histórico. No caso aqui investigado, o seu silenciamento se deu baseado nas questões de gênero. Assim sendo, este trabalho tem por objetivo abordar a censura aplicada à obra de Ercília Nogueira Cobra, bem como os seus motivos. Dividido em duas seções principais, o artigo traz no primeiro momento a reflexão sobre o que se entende por censura e como ela se aplica à literatura, e posteriormente, discute a interdição à obra de Ercília, sob uma perspectiva crítica. Alguns teóricos usados na construção argumentativa dessa pesquisa foram: Mott (1986), Nodari (2012), Nascimento (2021), Maultasch (2022), dentre outros. Os resultados apontam que a escritora foi censurada em detrimento de suas ideias progressistas, no tocante às questões feministas e pelo fato de ser mulher. Além disso, instituições distintas acusaram-na de “pornográfica” e de “demoníaca”, ambas com o mesmo objetivo, qual seja, silenciar as ideias contestadoras de Ercília.

**Palavras-chave:** Literatura; Censura; Literatura Brasileira; Literatura feminina.

## The censorship of the writer Ercília Nogueira Cobra in perspective: a critical reading

### Abstract:

Literature, throughout history, despite its impartiality in strictly telling the truth, was (and still is) the target of censorship for reasons that differ, depending on the historical moment. In this case, their silencing was based on gender issues. Therefore, this work aims at addressing the censorship applied to the work of Ercília Nogueira Cobra, as well as its reasons. Divided into two main sections, this article initially reflects on what is meant by censorship and how it is applied to literature, and then it discusses the interdiction of Ercília's work from a critical perspective. Some theorists used in the argumentative construction of this research were: Mott (1986), Nodari (2012), Nascimento (2021), Maultasch (2022), among others. The findings indicate that the writer was censored to the detriment of her progressive ideas, regarding feminist issues, and also because she is a woman. In addition, different institutions accused her of being “pornographic” and “demonic”, both with the same objective, that is, to silence Ercília's contesting ideas.

**Keywords:** Literature; Censorship; Brazilian literature; Women's literature.

<sup>1</sup> Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus Crateús* (2016), Mestrado Interdisciplinar História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (2020), e atualmente, é aluno do Programa de Pós-Graduação em Literatura, em nível de doutorado, na Universidade de Brasília. Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Graduada em Letras - Português pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *Campus Crateús*. Mestre e doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integrante dos seguintes grupos de pesquisa/estudo: Pragmática Cultural e Linguagem e Interdisciplinaridade (PRAGMACULT - UECE); Grupo de Estudos Interdisciplinares da Linguagem (GEIL- UECE); Grupo de Estudo Discurso, Identidade e Prática Social (GEDIP - UFC). Bolsista CAPES/CNPq.

<sup>3</sup> Possui graduação em Letras- Língua Inglesa e respectiva literatura pela Universidade de Brasília (2005) e graduação em Letras- Língua portuguesa e respectiva literatura pela Universidade de Brasília (2004). Possui mestrado em literatura pela Universidade de Brasília (UnB), além de Doutorado em teoria literária pela mesma instituição. Realizou pós-doutorado em literaturas de língua inglesa pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013) e em Literatura e psicanálise na Universidade Goethe em Frankfurt-am-Main (2019). Concluiu o segundo doutorado (2021) pelo programa de pós-graduação em Psicologia Clínica e cultura (UnB). Atualmente, é professor adjunto de literaturas de língua inglesa na Universidade de Brasília (UnB) e é psicanalista e líder do grupo de pesquisa literatura e psicologia e docente-orientador do programa de pós-graduação em teoria literária e literaturas da Universidade de Brasília.



*É um engano pensar que os homens seriam livres se pudessem, que eles não são livres porque um estranho os engaiolou, que se as portas das gaiolas estivessem abertas eles voariam. A verdade é o oposto. Os homens preferem a gaiola ao voo. São eles mesmos que constroem as gaiolas onde passarão as suas vidas (RUBEM ALVES, in Religião e Repressão).*

## 1. Considerações Iniciais

A consciência de que vivemos num mundo globalizado, isto é, “sem fronteiras”, reforça igualmente a sensação de que também a diversidade/liberdade de pensamentos alcança, com a mesma agilidade, a superação de fronteiras, sejam elas geográficas ou ideológicas. No entanto, o que temos visto na prática é o avanço de algumas ideias autoritárias, cada vez mais consolidadas por meio do radicalismo. Essa realidade, embora vivamos numa constante disputa de dizeres – alguns deles nem sempre escutados –, consiste naquilo que poderíamos chamar de intolerância às ideias divergentes.

Vivemos, pois, a cultura do cancelamento, marcada pelo silenciamento instantâneo do outro, sobretudo, quando ele diz o que não é desejado de ser ouvido, e até mesmo, quando não se concorda com o que é dito. Apesar dessa crescente intolerância, é pertinente observar que ela diz respeito a um processo de censura, que existe desde tempos remotos, contudo, na contemporaneidade, essa prática de cerceamento tem assumido uma nova roupagem para continuar exercendo o seu “poder conformador” de costumes, hábitos etc.

Não obstante, a literatura está entre os alvos elegidos pela censura, mesmo a primeira sendo uma arte ficcional. Ao longo da história, vários foram os momentos em que a literatura foi proibida, acusada de ser imoral, ameaçadora da ordem social, subversiva, demoníaca etc. Especialmente, a arte literária foi perseguida quando algum poder constituído se sentiu ameaçado por ela.

Dentre as tantas vozes literárias que foram silenciadas podemos citar a da escritora Ercília Nogueira Cobra (1891-?), duramente perseguida pelo Estado brasileiro e pela igreja católica. O conjunto da sua obra, que estabeleceu profundo diálogo com o projeto do Modernismo literário brasileiro, versou sobre a liberdade sexual e econômica das mulheres. Nesse sentido, a literatura de Ercília é, por assim dizer, uma literatura de ruptura no que diz respeito ao seu estilo de escrita literária, e também, em relação à temática abordada.

Dessa forma, considerando que hodiernamente vivemos tempos reacionários nos quais ideias semelhantes às de Ercília Nogueira Cobra tendem, outra vez, à interdição, este trabalho se justifica em razão da reflexão crítica sobre a censura que invisibilizou Ercília durante muitos anos, relegando-a ao limbo do “esquecimento” social. Com esta pesquisa, então, o debate relativo à censura é suscitado, e da mesma forma, um desagravo para com a escritora, na esperança de manter vivas as suas ideias e questionar o então modelo societal da época.



Com efeito, o objetivo deste artigo é abordar criticamente a censura aplicada à obra de Ercília Nogueira Cobra, bem como os seus motivos. De acordo com esse propósito, as questões principais que orientaram a escritura deste artigo foram: Por que a obra de Ercília foi censurada? O que havia de tão perigoso/grave em sua obra para ser censurada? Questionamentos estes para os quais ansiamos encontrar respostas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, o artigo está organizado em duas principais seções: na primeira delas refletiremos sobre o conceito de censura e como ele se relaciona com a literatura e também sobre o poder da arte; já na segunda seção, discutiremos propriamente sobre a censura imposta à Ercília Nogueira Cobra, quais aparelhos sociais interditaram a obra da escritora, os motivos pelos quais censuraram, bem como uma rápida retomada das questões históricas do contexto de Ercília. Além da introdução e das considerações finais.

## 2. Censura e literatura

A literatura e a sua linguagem podem ser pensadas como um agir social que se dá na/pela liberdade de expressão<sup>4</sup>; pois uma vez tomada a literatura como manifestação do espírito humano, ela se vincula à vida para dizer esteticamente sobre os dilemas e os paradigmas dos homens e mulheres de todos os tempos.

Entretanto, não se pode perder de vista que, “[...] a arte não consiste na imitação exacta (sic) e completa dos factos (sic) e sim na das simples relações necessárias e entre estas a do character (sic) fundamental das cousas (sic)” (TAINÉ *apud* ROMERO, 1898, p. 120). A partir dessa definição, é possível compreender que a literatura, ainda que se materialize por meio da palavra, tem como natureza o carácter ficcional.

Nesse sentido, o discurso literário, por se tratar de uma manifestação artística, pressupõe certa autonomia que perpassa a construção das suas narrativas, e também, a eleição dos temas aos quais deseja representar; seria, então, um discurso que não prescinde, quase nunca, da liberdade; e quando forçada a isso, a literatura encontra formas e mecanismos sofisticados para continuar transmitindo a sua mensagem.

Dito isso, e ainda, considerando a realidade de um mundo globalizado, no qual ocorre uma disputada batalha de poder e de narrativas – algumas delas, arbitrárias e intolerantes –, poderíamos pensar no seguinte questionamento: é realmente possível dizer tudo livremente, de maneira que não haja reações em contrário, no sentido de inibir ou calar o que é dito?

<sup>4</sup> “Liberdade de Expressão significa que todo ser humano é livre para pensar ou não pensar o que quiser, e para dizer ou não dizer o que quiser; nenhuma autoridade, governo ou qualquer outro tipo de liderança deve deter o poder de perseguir, silenciar ou censurar alguém por causa de suas ideias” (MAULTASCH, 2022, p. 14).



Precipuamente, sabemos que a resposta para essa questão é não, porque a história da humanidade está repleta de capítulos marcados pelo silenciamento de tudo aquilo que incomoda aos estabelecidos sociais, ou pelo menos ao que os desafia. Poderíamos, dessa forma, pensar na existência de uma constante tensão entre a ordem social e o que é dito/pensado, pelo menos quando este entra em confronto com aquela. Conforme bem asseverou Raul Mordenti, a história da censura é uma “eterna luta entre a liberdade (...) e o autoritarismo” (MORDENTI, 2001 *apud* NODARI 2012, p. 21).

Nesse sentido, as artes de um modo geral (com destaque especial para a literatura, por ser objeto de investigação desse artigo) aparecem, pois, na mira da censura – dentre outros motivos – por não se eximir, nunca, de eleger temas narrativos que por vezes sejam incômodos, ou mesmo provoquem a fúria de governos, religiões etc. Muitos desses tais temas, pela sensibilidade e/ou pelas polêmicas que eles podem suscitar, provavelmente, só poderiam ser ditos através da própria literatura, de outro modo seriam impensáveis de serem ditos.

Para exemplificar, poderíamos citar o caso polêmico do livro *Os versos satânicos* (1988) de Salman Rushdie. A obra rendeu ao autor uma condenação à morte, declarada no Irã - década de 1980. Como motivo da sentença, a obra foi considerada pelo islamismo uma blasfêmia contra o profeta Maomé. Em 2020, o escritor foi esfaqueado quando fazia uma palestra nos EUA sobre a liberdade de expressão, sendo o acontecimento ainda resquício de sua condenação (GLOBO, 2020).

De maneira semelhante, os “[...] temas sociais [também] encontram forte resistência para ocupar os livros” (MALTA; FLEXOR; COSTA, 2020, p. 2), em geral, devido às suas ideias serem contra hegemônicas. Apesar disso, é possível perceber que, com o decurso de muitas lutas, alguns desses temas até já ocupam um número considerável de livros, ainda que constantemente encontrem resistência à sua livre circulação em bibliotecas e escolas públicas.

Por oportuno, convém citar a recente censura do Governo de Rondônia - no ano de 2020 - a uma lista de 43 obras literárias, cujos respectivos “conteúdos [foram considerados] inadequados à (sic) crianças e adolescentes” (FÓRUM, 2020). Entre as obras interditadas estavam clássicos da literatura brasileira, escritos por Machado de Assis (1839-1908), Mário de Andrade (1893-1945), Euclides da Cunha (1866-1909), dentre outros. Esse caso não é um fato isolado, pelo contrário, a ocorrência de momentos similares são reincidentes ao longo do tempo, neles a literatura foi tida como imprópria ou até perigosa.

Contudo, para além de nos determos na ideia de um cerceamento da literatura e das suas vozes, o pensamento de Mordenti (2001) se faz outra vez necessário, sobretudo, quando o autor nos chama a atenção para que pensemos sobre “quem autoriza quem a pensar, escrever, publicar, ler e através de quais dispositivos” (MORDENTI, 2001 *apud* NODARI, 2012, p. 21). Isso porque, tendo em vista que por detrás das “tecnologias” utilizadas pela censura, há sempre alguém que age segundo os seus próprios interesses ou de algum grupo.



Desse modo, a quem, por ventura, incomoda a arte literária? Quais temas geralmente sofrem censura? Que autores (não) estão autorizados a falar? Muito provavelmente, ao detectarmos algumas dessas respostas, também encontraremos as razões e/ou os motivos da censura feita a determinadas obras literárias.

Ao que parece, a literatura, embora seja autônoma e livre, e mesmo sem ter um compromisso de limitar o seu dizer ao real, sofre uma forte retaliação por aquilo que profere em seus gêneros. E, para compreendermos essa interdição da literatura, talvez devêssemos nos atentar ao fato, já mencionado, de que a arte literária se ocupa de questões fulcrais da condição humana, por vezes, difíceis de lidar, quais sejam, os sofrimentos humanos, os seus desafios etc.

Pensando sob essa perspectiva, Freud (1856-1939) em sua descoberta do inconsciente já observara que “os mecanismos de defesa do ego” são responsáveis por bloquear as situações dolorosas vividas pelo sujeito a fim de que este evite conflitos internos. O pensamento freudiano, nesse sentido, oferece-nos uma justificativa para muitas das proibições, sofridas não só pela literatura, mas por todas as outras formas de expressão humana – sejam elas artísticas ou não.

Com isso queremos dizer que, se em todos nós existem instâncias psíquicas que nos levam – in/conscientemente – a uma autocensura, não seria de todo impossível, por conseguinte, pensar na existência de uma estrutura social de proibições – que seja usada especialmente para reprimir aquilo que não é tolerado por determinados grupos sociais. Afinal, como temos visto ao longo deste artigo, e para além dele também, os impedimentos, as repressões etc são um *continuum* na história da humanidade.

Alexandre Nodari (2012), ao realizar uma tese intitulada de **Censura: um ensaio sobre a “servidão imaginária”** retoma a censura e a sua história, destacando que a “**censura** constitui a origem deste enlaçamento entre os hábitos e o poder: a censura seria o modo pelo qual se dá a **passagem** entre **ter um costume** e *acostumar-se à servidão*” (NODARI, 2012, p. 20, grifos do autor).

Segundo o autor, a censura está diretamente relacionada ao costume, isto é, aquilo que foi sendo durante algum tempo (autoritariamente) naturalizado, ou poderíamos dizer, considerado norma em uma determinada cultura. A censura se configura, então, por ser uma maneira de assegurar que a imposição de ideias/valores/hábitos seja garantida em uma dada sociedade, em vista do estabelecimento de limites dentro da ordem pré-estabelecida.

Prossegue Nodari (2012, p. 21):

A censura seria [...] este poder excepcional (no sentido de estar, ao mesmo tempo, dentro e fora da lei, antes e depois dela) com-formador, que conforma um costume, ou seja, que forma um costume comum, ligando o costume ao corpo político por meio da obediência: a censura criaria uma servidão não só voluntária, mas também “imaginária”, a servidão a uma forma, a uma roupa, a uma imagem (NODARI, 2012, p. 21).



Dessa forma, parece presumível de acordo com o autor que a censura é em si um poder, isto é, um “poder excepcional” capaz de intervir coercitivamente a fim de forjar uma espécie de sujeição naqueles que estão sob os ditames da ordem social. Partindo de tal pensamento, a censura é utilizada para alienar os sujeitos a uma espécie de “servidão”.

Também, à medida em que vai moldando os hábitos/costumes, a censura se torna um mecanismo eficiente de controle da cultura, dos corpos, do modo como se vive, porque assim o exercício do poder, em seu sentido mais amplo, é então possível. Não obstante, o binômio poder X censura é equivalente, pois um necessita do outro para que possa se estabelecer entre aqueles que serão submetidos à “servidão imaginária”.

Branco (2015, *apud* MARTINS, 2017) assevera que

A censura significa ação governamental, de ordem prévia, centrada sobre o conteúdo de uma mensagem. Portanto, proibir a censura tem o significado de impedir que as ideias e fatos que o indivíduo pretende divulgar tenham que passar, antes, pela aprovação de um agente estatal (MARTINS, 2017, p. 662).

No mesmo texto acima citado, um pouco mais adiante, Martins (2017, p. 662) pontua: “[...] hoje, a censura é caracterizada como um verdadeiro ilícito constitucional, sendo ato inerentemente injusto, arbitrário e discriminatório”. Essa concepção negativa do que venha a ser censura, no entanto, é de todo parcial, porque conforme escreveu Nodari (2012, p. 25, grifos do autor): “a censura não só não se reduz à proibição, mas, muito mais do que isso, constitui e suplementa as leis sócio-políticas (sic) de circulação e comunicação do sensível [...]”.

Como podemos perceber, a ideia de censura vai muito além da aceção negativa com a qual se opera hodiernamente com maior frequência e, além disso, não se limita ao poder estatal. Ao expandirmos a compreensão acerca do que venha a ser a censura, não estamos defendendo que ela seja algo recomendável, não se trata disso, entretanto, ao percebermos a sua abrangência, isso nos permite pensar essa ideia em diversos momentos da história humana, sob perspectivas distintas e muito além do que imaginamos.

Feitas essas considerações, gostaríamos de nos determos, doravante, na reflexão em torno do poder político atribuído a arte – enfocando neste a literatura, já que essa é uma das possibilidades de leitura para compreender as muitas ocasiões em que a arte literária foi censurada, isto é, por ter sido considerada um tanto perigosa. Mais acima, abordamos brevemente o fato de a literatura retratar as questões difíceis/sensíveis com as quais a humanidade tem certa resistência, e, justamente por isso ter se tornado alvo de censura.



Todavia, existem também outras possibilidades de compreensão acerca dos impedimentos da literatura, um dos quais poderia ser o “poder político” atribuído à arte, porquanto “[...] toda arte, por sua mera existência, é política” (SANTAELLA, 2018, p. 228). Entendemos aqui o termo “político” em sua mais ampla e nobre compreensão, que diz respeito sobre a arte de transformação do mundo ao redor.

Rancière (2010, p. 50) destaca que “[...] a arte não se separa da vida pública nem a vida pública da coletividade da vida concreta de cada um”, e esse pensamento corrobora a ideia de que a arte em si não é aleatória, mas se situa numa ambiência do contexto donde surge. Dessa forma, a arte não é uma abstração, pura e simplesmente, ela condensa um sentido que é reverberado no seu agir político, este, por sua vez, proveniente da sua inseparável ligação com a vida.

Contudo, a arte possui a sua própria dinâmica de operar as transformações sociais, isto é, por meio das experiências sensoriais. A arte, portanto, afirma Rancière “[...] é política antes de mais nada

pela maneira como configura um *sensorium* espaço-temporal que determina maneiras do estar junto ou separado, fora ou dentro, face a ou no meio de...” (2010, p. 46, grifos do autor). Desse modo, a arte, e mais especificamente a literatura, exerce influência sobre aquelas(es) que a acessam, promovendo reflexões críticas e tensionando paradigmas a partir de experiências sensoriais.

Nesses casos, a literatura tende, geralmente, a não ser tolerada por parte de determinados grupos sociais, exercentes do poder, justamente em face daquilo que é dito por ela. Por isso a interdição da arte literária se deve propriamente ao controle restrito da circulação de ideias contra hegemônicas a fim de evitar que elas causem algum “dano” ao tecido social.

Logo, quando a literatura é censurada, antes de qualquer coisa, ela está sendo perseguida pela sua possibilidade de intervir no meio em que ela está inserida, tendo em vista que “[...] a censura não só atesta o poder da arte; ela também revela, em sua prática e justificação, uma teoria do poder político da arte, adiantando-se, por vezes, aos próprios artistas e críticos” (NODARI, 2012, p. 26).

Dessa maneira, é graças a esse “poder político” da arte, mobilizador da capacidade crítica das(os) suas/seus leitoras(es), que muitas/os escritoras/es, artistas e outros, foram silenciados durante longo tempo no decurso da história. Ercília Nogueira Cobra, escritora modernista – de quem falaremos mais adiante na segunda seção deste artigo – é um desses nomes que foram relegados às sombras, e cuja obra foi interdita, sobretudo, porque questionava a exigência moral de que as mulheres deveriam ser submissas ao patriarcado.



Nesse sentido, a escritora em questão se alinha ao princípio de “[...] que arte é, via de regra, a atividade humana que nada contra a corrente do *status quo*, buscando o alargamento de horizontes ainda não entrevistados (SANTAELLA, 2018, p. 229, grifos da autora). E é exatamente essa via alternativa buscada pela arte literária de Ercília que favorece para que o seu silenciamento seja executado de forma implacável.

Por fim, é fundamental destacarmos que, ao nos referirmos ao “poder político” da arte, não estamos defendendo que ela, ou propriamente a literatura, tem de ser panfletária, pelo contrário. Entretanto, inevitavelmente, de cada produção da arte decorre um engajamento social que busca expressar a condição humana, mesmo que não haja a intenção do artista. Como bem observou Santaella (2010, p. 51): “[...] a arte faz política de um modo que parece contradizer a própria vontade dos artistas de fazer – ou de não fazer – política em sua arte” (RANCIÈRE, 2010, p. 51).

Ao longo desta seção, abordamos a manifestação artística da literatura como um feito que demanda autonomia e liberdade de expressão para que possa emitir o seu discurso. Discutimos também algumas interdições sofridas pela literatura ao longo do tempo. Além do mais, conceituamos o que é a censura e, por fim, destacamos o poder político da arte.

### 3. Ercília Nogueira Cobra: a interdição de sua obra

Ercília Nogueira Cobra foi uma escritora brasileira de ideias precursoras que colidiram frontalmente com os estabelecidos sociais da sua época – década de 1920. Naquele momento histórico, as ideias vigentes eram conservadoras e intolerantes, ainda mais que na atualidade, e a sociedade brasileira – moldada aos ditames patriarcais – baseava-se nos valores religiosos, católicos, para consubstanciar a sua moral social.

Então, nesse contexto, a obra de Ercília composta, até onde se sabe, por um ensaio – **Virgindade Anti-Higiênica – Preconceitos e convenções hipócritas (1924)** – e um romance – **Virgindade Inútil-- novela de uma revoltada (1927)** – cujo teor era a liberdade sexual e profissional de mulheres, foi recebida e considerada “sob suspeita de difundir ideias subversivas à moral e aos bons costumes” (NASCIMENTO, 2021, p. 15).

Convém salientar que além do fato de a obra ercialiana conter ideias progressistas, o que por si só já era o suficiente para que a sociedade a censurasse, havia também, por outro lado, o fato preponderante de a autora ser uma mulher. Como asseverou Pinheiro (2021, p. 192): “Bem sabemos que toda a luta da mulher, seja na vida privada ou pública, tem como elemento desencadeador seu sexo”.



Não à toa, a escrita feminina sofreu tantas contestações ao longo da história da literatura, especialmente acerca da autoria de obras literárias potentes de caráter inovador. Dentre outros absurdos, especulou-se que eram homens usando pseudônimos de mulheres. Para exemplificar, podemos citar as consagradas autoras Rachel de Queiroz<sup>5</sup> e Clarice Lispector<sup>6</sup>.

Nesse sentido, não nos esqueçamos que a literatura foi, durante muito tempo, assim como os demais espaços de poder, um lugar hegemonicamente masculino. Para comprovar essa realidade, basta observar o cânone literário, o qual está formado quase que exclusivamente por homens, coincidentemente brancos em sua maioria e, geralmente, bem-sucedidos socialmente.

Foi por isso que, quando ocorreu de as escritoras mulheres disputarem também o espaço da literatura, elas foram questionadas quanto a sua identidade, bem como quanto à sua capacidade intelectual para escrever a arte ficcional. Pinheiro, ao discorrer sobre escritoras que tiveram suas obras silenciadas, ou mesmo impedidas de que fossem escritas, destaca:

Sua trajetória teve uma postura transgressiva e de ligação com a morte, haja vista que muitas tiveram que matar o “anjo do lar” que impuseram nelas. Só assim Eros nasceria e elas passariam a experimentar o poder criativo. Seu corpo subjugado e vivendo à espreita de um colapso serviu de estímulos suficientes para buscar outros modos de vida. E um desses foi encontrado na literatura (PINHEIRO, 2018, p. 192).

Contudo, ressalte-se que esse “encontro” com a literatura nem sempre foi fácil, em razão de, como já dissemos mais acima, a autoria feminina enfrentou obstáculos e resistência para se legitimar. Dessa forma, ao observarmos a história da literatura de autoria feminina perceberemos que é uma história censurada, na qual se deu a tentativa do apagamento das escritoras e das suas trajetórias.

Ercília Nogueira Cobra representa muito bem estas ficcionistas, as que foram excluídas do cânone literário, e também as que tiveram as suas histórias invisibilizadas – no segundo caso, se não o conseguiram completamente, mas pelo menos o tentaram. Pouco se sabe sobre Ercília, segundo Mott (1986, p. 96):

<sup>5</sup> A autoria de *O quinze* (1930) foi questionada entre os literatos da época ao ser lançado esse romance. Em seu artigo “O sertão em surdina”, Arriguci (2000, p. 109, grifos nossos) diz: “[...] também pela qualidade literária fora do comum, reforçando a dúvida sobre a identidade. Graciliano Ramos  *julgou ser obra de algum barbudo*”.

<sup>6</sup> Clarice Lispector, em razão de seu sucesso literário e também da sua vida discreta e misteriosa, causou dúvidas quanto a sua identidade feminina; em uma de suas biografias está escrito o que circulava em reportagens sobre ela e a sua escrita: “Mas acho que é homem. Ouvi falar que era um diplomata” (MOSER, 2017, p. 304).



O nome de Ercília Nogueira Cobra não desperta nenhuma lembrança para a maioria da geração de intelectuais, escritores e livreiros com mais de 60 anos, que procurei. Identificada a partir do título dos livros, vem à memória o escândalo que eles causaram quando da publicação (MOTT, 1986, p. 96).

Graças ao trabalho da crítica literária de gênero no Brasil, aos poucos o grande silêncio em torno de escritoras importantes da nossa literatura tem se rompido, dentre as quais Ercília Nogueira Cobra, muito embora seja possível conjecturar que muitos desses nomes tenham se perdido no tempo e na história já habituada ao apagamento feminino. Ainda assim, outros trabalhos de autoria literária feminina têm sido remidos do “esquecimento”, e por consequência, revisitados. A este propósito poderíamos citar Carolina Nabuco (1890-1981), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Maria Firmina dos Reis (1922-1917), dentre outras.

Até mesmo a biografia de Ercília foi publicada em uma revista científica, cuja circulação é reduzida se comparada a um livro produzido por uma grande editora. A pesquisa realizada por Maria Lúcia de Barros Mott, no longínquo ano de 1986, a qual recebeu o título de *Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra*, é uma das poucas fontes que se dispõe para acessar ao universo da vida e da obra da escritora.

Além disso, no trabalho de Mott (1986) de reconstituição da história de Ercília prevalece a utilização dos depoimentos de pessoas que a conheceram, apesar de ela ter sido uma mulher nascida em “[...] berço aristocrático, em uma família de muitas posses, para a qual se tornaria uma maldição” (NASCIMENTO, 2021, p. 11), e ter tido acesso a uma educação privilegiada para as mulheres de sua época.

Esse recurso da oralidade usado reincidentemente na biografia, para re/contar a história da escritora, indica a dificuldade de acesso aos seus registros históricos, o que, por sua vez, reforça a ideia de tentativa do seu apagamento. É intrigante isso, porque, embora ela tenha sido uma mulher privilegiada socialmente – o que poderia facilitar o encontro de seus registros históricos –, é a memória humana que predomina na escrita da sua biografia.

Um outro aspecto da censura sofrida por Ercília, além da tentativa do seu apagamento, diz respeito à transformação da escritora em um tabu, para as gerações posteriores. Isso tem a ver, mais propriamente, com os efeitos causados pela censura. Mott registra: “Ercília parece não ser apenas a ‘ovelha negra’ da família, mas a ‘maldição’, o estigma que carregam todos os Nogueira Cobra, sejam eles parentes próximos e mesmo muito distantes” (1986, p. 96).



Nesse sentido, Martins observa:

[...] a censura que existiu em nosso país deixou sequelas e por conta disso provoca, até hoje, sentimentos de profunda rejeição. Ela destrói em nome da segurança, da moral, da família e dos bons costumes. Pela censura o Estado demonstra receio de que o povo não seja capaz de julgar por si só. (2017, p. 682).

Quando se trata da especificidade feminina, o Estado (e a igreja) julga (m) que as mulheres não estão aptas a advogarem sobre suas próprias vidas, muito menos a desenvolverem um pensamento livre das imposições de gênero da época. Parece-nos que, na condição de sub-humanas, as mulheres não são enxergadas, a princípio, nem como uma ameaça à manutenção dos valores e costumes estimados. Nesse cenário, Ercília parece insurgir com a revelação impactante de sua capacidade de pensar para além do convencional e carregada de incomum coragem para levantar a bandeira da liberdade sexual feminina.

Surgem, então, os questionamentos: o que disse Ercília Nogueira Cobra em sua literatura, de tão poderoso/“perigoso”, para sofrer as penas impostas pela censura? Quais ideias ela defendeu que a levaram ao silenciamento? E, ainda, a quem interessava o silêncio de Ercília? Talvez, uma ponderação necessária seja quanto ao fato de a escritora se lançar na defesa de ideias para as quais não havia abertura social até então.

Assim foi anotado pela própria autora no ensaio **Virgindade anti-higiênica: preconceito e convenções hipócritas**:

O meu livro foi escrito com o único fito de mostrar o quanto é errada a educação que se vem ministrando à mulher. As milhares de infelizes que de Norte a Sul do país vendem o corpo para comer, foram levadas a este extremo pela própria imprevidência dos pais, que jamais pensaram no futuro das filhas (COBRA, 2021, p. 56).

A ideia da liberdade sexual e econômica das mulheres é defendida por Ercília em um tempo no qual esses temas eram silenciados e considerados um tabu. Por isso a sua obra pode ser considerada tão autêntica, e ao mesmo tempo, tão provocadora, porque rompeu com as barreiras de sua época, impostas ao feminino. Nascimento (2021, p. 12) corrobora ao escrever sobre Ercília: “A escritora se coloca no lugar de fala da mulher que, ao vivenciar a situação de opressão vigente, percebe, observa e critica uma cultura que objetifica, aprisiona e exclui as mulheres”.



Com efeito, a consciência contestadora de Ercília constituiu, por meio de sua obra, uma severa crítica social às relações de poder, mais especificamente ao patriarcalismo determinante que ditava a forma (condicionada aos interesses da manutenção da hegemonia masculina) de educação das mulheres. Essa perspicácia das ideias da escritora “matou” o anjo do lar, nos dizeres de Virgínia Woolf, pois, segundo ela: “Matar o Anjo do Lar fazia parte da atividade de uma escritora” (WOOLF, 2018, p. 14), revelando também o lugar privilegiado, como já dito, que Ercília ocupava: uma mulher que pôde escolher “matar o anjo” em detrimento de sua carreira pouco convencional para a época, ao contrário da grande maioria das mulheres que, interpeladas de modo mais decisivo pelo interseccionalíssimo entre raça, classe e gênero e sem as mesmas oportunidades de acesso à educação e aos bens culturais, por exemplo, nem sequer tiveram possibilidade de pensar suas vidas para além do encarceramento doméstico.

Ademais, a escrita de Ercília divergiu de um estabelecido social cristalizado ao longo do tempo, qual seja, o patriarcado. Isso revela uma escritora de posturas discordantes das ideias vigentes, e foi por essa razão que o seu pensamento foi considerado perigoso, pois poderia influenciar outras pessoas e, até mesmo, motivar uma insurreição. Essa vertente da obra de Ercília nos faz pensar sobre o “poder político” da literatura discutido ao longo da primeira seção deste artigo.

Sobre essa politização da arte de Ercília, trata-se de uma leitura enviesada que almeja à manipulação do convencimento popular em favor do ato proibitório da censura. Tal estratégia consiste em ignorar completamente a capacidade estética da obra em detrimento de uma depreciação de cunho moral, justamente por isso ela é classificada de “imoral”, “pornográfica” etc. A obra de arte literária, nesse caso, é retirada do seu contexto, que é o da fruição da realidade, e passa a ser julgada a partir de critérios ideológicos que estão a serviço da estrutura de poder.

Então, considerando o exposto até aqui, a censura à obra de Ercília pelo Estado brasileiro foi uma suposta “defesa” da moral e do bem-estar da sociedade em razão da manutenção da ordem patriarcal e para evitar potencial perigo ao convívio social. Na prática, foi uma forma violenta de calar essa voz dissidente que ameaçou a estabilidade do poder (patriarcal). Ora, quem historicamente exerceu o poder? Quem mais ocupou cargos de decisão e destaque social, homens ou mulheres?

Ercília, na abertura da segunda edição de **Virgindade Inútil: novela de uma revoltada**, escreveu:

Eis a segunda edição do meu livrinho. A primeira foi proibida pela polícia. Não me foi possível vir pelos jornais combater a arbitrariedade devido à situação anormal que atravessamos. O meu livro foi simplesmente acoimado de pornográfico e apreendido. Não se disse por que ele era pronográfico... (2021, p. 58).



Conforme vimos ao longo da seção anterior deste artigo, a censura é um “poder excepcional” atrelado ao próprio poder, o qual “con/forma” hábitos impostos arbitrariamente ao longo do tempo. No caso aqui investigado, esse “poder excepcional” age mediante à tensão causada pela obra de Ercília ao *status quo* da dominação masculina. São os homens, exercentes do poder, que percebem a escrita dela como um aviltamento, por isso eles calaram-na. Vejamos o que está anotado em sua biografia:

(...) ela foi interrogada durante a noite, sempre nua, sempre muito maltratada; porque o interrogatório dela todo girava sobre sexo, ninguém interrogava a opinião política dela, ninguém queria saber; só queriam saber o que ela pensava dos homens, os homens estavam muito machucados com a opinião dela (...) a visão que eles tinham é que ela era uma ameaça tremenda. Porque se ela levantasse as mulheres naquela época, eles tinham a impressão que iam derrubar o regime (...) (MOTT, 1986, p. 99, grifos nossos).

Um detalhe, porém, não pode jamais passar despercebido: a obra de Ercília era literária, isto é, tratava-se de uma ficção. Por que, então, tamanho vigor e perseguição à escritora? Outra vez, faz-se oportuno reiterar o que já anotamos ao início deste trabalho acerca da literatura, ou seja, que ela não estabelece o compromisso com a asserção da verdade, no entanto, o seu sentido político é anterior até mesmo a intenção do artista.

O silenciamento de Ercília Nogueira Cobra evidencia tanto esse “poder político” da arte quanto a dificuldade humana em lidar com aquilo que o incomoda ou com aquilo que o desafia ao conflito; não distante os impeditivos enfrentados pela literatura ercilianiana são resultado dessas formas de censura. Ressalte-se que essa perspectiva psíquica da censura também já foi mencionada noutro momento deste trabalho ao evocar o pensamento de Freud.

De outro modo, Ercília foi, ainda, censurada pela igreja católica; a sua biografia faz constar: “[...] o bispo de Ribeirão Preto proibiu sua leitura, o vigário de Casa Branca expulsou-a da igreja e disse que os livros eram obra do demônio e as pessoas fechavam as janelas quando ela passava” (MOTT, 1986, p. 96). A figura mitológica do demônio muitas vezes, ao longo da história, foi manipulada (e ainda é) para censurar muitas das manifestações humanas, particularmente as de ordem dos instintos e dos desejos, ao mesmo passo em que a figura feminina é tomada como originalmente a desencadeadora da introdução dos seres humanos no mundo do pecado<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> “A mulher que puseste ao meu lado, foi ela quem me deu o fruto da árvore, e comi” (BÍBLIA, 2002, p.13).



É basilar ponderar que a censura não é um poder exclusivamente do Estado, muito embora este a exerça com maior frequência e até, poderíamos dizer, com maior eficiência. Ela é igualmente exercida por grupos religiosos (e não religiosos também), desde que detenham poder sobre uma dada comunidade. A respeito da censura exercida por instituições religiosas, isso está estritamente relacionado ao poder que é praticado sobre determinadas pessoas em nome de uma deidade.

A questão fundamental que levou Ercília Nogueira Cobra à censura pela igreja católica foi a emancipação feminina. Porque, segundo os ensinamentos morais da referida instituição religiosa, a mulher deve obedecer indistintamente ao homem e dele depender. Conforme é de conhecimento público, o cristianismo – desde sempre – configurou-se por ser uma doutrina em que os homens são predominantes na sua hierarquia, só eles podem ser sacerdotes, e às mulheres cabe o papel secundário, o que requer delas a submissão incondicional a eles. O próprio apóstolo Paulo inclusive defende isso explicitamente em uma de suas cartas<sup>8</sup>.

Sob esse viés é possível pensar não somente a história de negação do contraditório, mas também da própria história das mulheres, dos seus desejos, das suas ideias e das suas possibilidades. Pois a estrutura patriarcal, que rege a sociedade atualmente, e que foi herança de todo um processo histórico cristalizado através dos tempos, passa também por esse espaço de “catequese cristã” no qual as mulheres devem ocupar sempre um lugar menor, isto é, papel de coadjuvantes da história.

Já caminhando para o final desta seção, convém considerar que o contexto político no qual viveu Ercília Nogueira Cobra – Primeira República – foi preponderante para compreender a sua censura não somente pelo fato de a sociedade brasileira ser conservadora e religiosa, como já dissemos, mas também porque a década de 1920 é um período da história do Brasil em que, dadas as instabilidades políticas, iniciou-se um movimento de regulação da imprensa escrita, até mesmo com a instituição da primeira lei regulamentadora da imprensa<sup>9</sup>.

Dessa forma, o Brasil da década de 1920 reflete a tensão entre o Brasil conservador – governado por oligarquias autoritárias – e o movimento contra hegemônico de massas que começou a se organizar em sindicatos e associações. O segundo grupo foi censurado por se utilizar da imprensa escrita para veicular suas mensagens, Maciel diz:

<sup>8</sup> As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido (BÍBLIA, 2002, p. 1442).

<sup>9</sup> [...] a verdadeira intenção do projeto de lei era coibir o direito de expressão e o jornalismo produzido pelas organizações de trabalhadores. Como vimos, a força social e política representada pelos trabalhadores, e seu crescente poder de mobilização e pressão exercidos por meio da imprensa, em uma conjuntura de acirramento das tensões sociais e das disputas políticas entre grupos oligárquicos dominantes, sem dúvida é um argumento a ser considerado para explicar a emergência histórica da primeira lei de imprensa (MACIEL, 2021, p. 394).



Portanto, a proposição da primeira lei de imprensa republicana se deu em um contexto marcado pela ascensão da organização operária e do acirramento das reivindicações, pelas disputas sociais em torno da ampliação de direitos à livre organização e expressão através de sindicatos e da imprensa mas, principalmente, pela renovação social de grupos editores e dos públicos leitores que tensionavam cotidianamente a concepção liberal de “liberdade de imprensa” — um direito reservado apenas aos proprietários de empresas jornalísticas e ao jornalismo profissional. (2021, p. 397).

Nesse contexto, o Estado brasileiro instituiu oficialmente uma lei que impunha limites ao que era dito pela imprensa e outros meios de expressão escrita (dentre os quais os livros). Apesar de que, observe-se, desde a primeira constituição brasileira, imediatamente após a Independência do Brasil, nela já havia dispositivos legais que “coíbiam” os supostos “abusos” no exercício do direito à “liberdade de expressão”<sup>10</sup>.

Contudo, foi na década de 1920 que se institucionalizou a censura, sobretudo, à imprensa. E, por consequência, o Estado brasileiro, à época governado por Artur Bernardes (1922-1926), aproveitou a oportunidade para perseguir as vozes divergentes do pensamento político dominante. O presidente de então “não só investiu contra a liberdade de imprensa, como penalizou autores e editores de material considerado subversivo, principalmente aqueles produzidos pelos anarquistas” (Hallewell, 1985, *apud*, MOTT, 1986, p. 95).

Então, se para Ercília o exercício do ofício de escritora já era um grande desafio, por ser uma mulher cujas ideias eram progressistas demais para uma estrutura social de costumes, hábitos e valores conservadores, a circunstância da promulgação da lei que criminalizou possíveis “abusos” da imprensa escrita foi decisiva para culminar com o seu “silenciamento”.

Ao longo dessa seção, portanto, abordamos criticamente o silenciamento da escritora Ercília Nogueira Cobra levando em consideração a sua obra e os registros da sua biografia. Além disso, destacamos que dentre os principais motivos para a sua censura está o fato de ela ter confrontado a sociedade patriarcal.

<sup>10</sup> Art. 179 - IV Todos podem comunicar [*sic.*] os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem [*sic.*] no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar (BRASIL, 1824).



## 4 Considerações finais

A propósito das considerações finais deste trabalho que se propôs pensar criticamente a censura imposta à obra da escritora Ercília Nogueira Cobra, mesmo sabendo que essa temática não se esgota aqui, pelo contrário, viabiliza outras reflexões e críticas, gostaríamos de destacar que, embora a censura e os seus mecanismos calem – por algum tempo – uma determinada voz ou mesmo uma determinada ideia, eles jamais conseguirão calá-la para sempre. Sob essa ótica, Ercília logra êxito como referência de resistência à censura, pois, apesar de ter sido invisibilizada e sua obra interdita, ela parece ressurgir, continuamente, cada vez que trabalhos semelhantes a esse são escritos.

Por outro lado, ao considerarmos a ideia de que a censura é um mecanismo atrelado ao poder e por este utilizado para controlar as pessoas, isto é, aliená-las a um sistema de “servidão”, percebemos, por conseguinte, que Ercília Nogueira Cobra, ainda que tenha sido censurada por duas instituições diferentes e sua obra ter sido acusada distintamente de “pornográfica” e de “demoníaca”, o objetivo da censura era simplesmente o mesmo: exercer o poder de controlar as pessoas, seja pelo medo (no caso da religião), seja pela coerção (no caso do Estado). Em ambas as instituições, o poder era exercido por homens, poder contra o qual lutou a escritora.

Por fim, este artigo retratou Ercília Nogueira Cobra como uma escritora que inaugurou possibilidades não somente de que outras mulheres ingressassem no universo da literatura, mas também, principalmente, de que elas pudessem ser livres e independentes quanto a seus corpos e suas mentes. Assim, a escritora seguiu uma via alternativa ao padrão que lhe custou a violência da repressão e, conseqüentemente, da dor, da angústia, da rejeição etc. No entanto, a sua obra permanece viva e necessária, garantindo-lhe a imortalidade devida.

## 7. Referências

ARRIGUCCI Junior, D. O sertão em surdina (Ensaio sobre O Quinze). **Literatura E Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 108-118, 6 dez. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i5p108-118>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BÍBLIA. Genesis. Português. In **A Bíblia**. Tradução M. Bagno, et al. Edições Loyola, 2002.

BÍBLIA. Epístola aos Efésios. Português. In **A Bíblia**. Tradução M. Bagno, et al. Edições Loyola, 2002.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Carta Lei de 25 de março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por sua Magestade o Imperador, 1824. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 10 mai. 2023.



COBRA, Ercília Nogueira. **Virgindade inútil e anti-higiênica**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

GLOBO. **Portal de Notícias da Globo**, 2020. Salman Rushdie, autor de 'Versos Satânicos' e jurado de morte pelo Irã, é esfaqueado por homem nos EUA. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/12/salman-rushdie-e-atacado-por-homem.ghtml>>.

Acesso em 20 abr. 2023.

FÓRUM. **Site da Revista Fórum**, 2020. Macunaíma e Os Sertões: conheça a lista integral dos livros proibidos em Rondônia. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/2020/2/7/macunaima-os-sertes-conheca-lista-integral-do-livros-proibidos-em-rondonia-68784.html>>. Acesso em 05 abr. 2023.

MACIEL, Laura Antunes. Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, Colômbia, n. 1, v. 48, p. 383-413, 2021.

MALTA, Renata B.; FLEXOR, Carina L. O.; COSTA, Aianne A. N. Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBT+. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 61, v. 1, p. 1-13, 2020.

MARTINS, Sandra Regina Carvalho. Censura. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 112, n. 1, p. 661-683, jan./dez., 2017.

MAULTASCH, Gustavo. **Contra toda censura**. São Paulo, Avis Rara, 2022.

MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia**. Trad. José Geraldo Couto. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Biografia de uma revoltada**: Ercília Nogueira Cobra. Cadernos de Pesquisa, 58:89-104, agosto 1986.

NASCIMENTO, Imaculada. Corpos indóceis, mentes livres: A obra de Ercília Nogueira Cobra in **Virgindade inútil e anti-higiênica**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

NODARI, Alexandre. **Censura**: ensaio sobre a "servidão imaginária". 2012. 252 f. Tese (Doutorado em literatura) - Programa de Pós Graduação em Literatura, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PINHEIRO, Maria do Socorro. Erotismo, poesia e ensino: uma relação possível. **Leia Escola**, 2018. v.18. n.3. 190-203. 2018. Disponível em:

<<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/article/view/1232/pdf>>. Acesso em: 02 Fevereiro 2019.

RANCIÈRE, Jacques. Política da arte. **Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, n. 15, v. 2, p. 045-059, jan./jun., 2010.



ROMERO, Sílvio. **Novos Estudos de Literatura Contemporânea**. Rio de Janeiro, Garnier, 1898.

SANTAELLA, Lúcia. A condição política da arte. In ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARTE E TECNOLOGIA, 17º, 2018, Brasília. **Anais**. Brasília: Editora de publicação, 2018. p. 228-233.

WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2018.